

ACTA n.º 64

ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA

26 Julho de 2010

Ao vigésimo segundo dia do mês de Julho do ano de dois mil e dez, teve lugar a Assembleia-Geral Extraordinária, que reuniu no cinema Passos Manuel, sito na rua de Passos Manuel n.º 137, no Porto com seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um – Aprovação da Acta da Assembleia-Geral Extraordinária de 9.06.2010.

Ponto Dois – Aprovação do Orçamento da Ordem dos Arquitectos para 2010.

Ponto Três – proposta de metodologia para eventual criação de novas secções regionais na Madeira e nos Açores.

Ponto Quatro – Proposta de deliberação sobre a Encomenda de Arquitectura da Parque Escolar, EPE.

Ponto Cinco – Ratificação da participação da OASRN como membro fundador da Associação "UM PORTO PARA O MUNDO – Associação para o Congresso OIV 2011"

Estando marcado o início da reunião para as vinte horas e trinta minutos, e por não haver quórum de metade dos membros inscritos, a Assembleia teve início, com trinta e dois membros presentes, às vinte e uma horas e cinquenta e três minutos.

Presidiu a Assembleia o arquitecto José Paulo Mateus, Vice-Presidente da mesa da Assembleia-Geral da Ordem dos arquitectos, tendo secretariado o arquitecto Luís Ferreira Rodrigues, secretário suplente da Mesa da Assembleia Regional da do Norte da Ordem dos Arquitectos

A reunião foi iniciada com a leitura da convocatória e ordem de trabalhos pelo Presidente da Assembleia o arquitecto José Paulo Mateus, que dando as boas vindas a todos os presentes agradeceu a presença do presidente do Conselho Directivo Nacional, o arquitecto João Belo Rodeia, tendo de imediato passado a explicar a metodologia de funcionamento desta Assembleia, frisando que os trabalhos seriam concluídos pelas 24h. Seguidamente lembrou a todos a necessidade de assinar o livro de presenças.

Passou a apresentar o ponto Um da Ordem de trabalhos, Aprovação da Acta da Assembleia-Geral Extraordinária de 9.06.2010, abrindo de imediato os trabalhos às intervenções dos membros presentes, uma vez que já haviam sido disponibilizados os documentos de apoio à discussão.

Pediu a palavra o Arquitecto Luís Afonso, para afirmar que esta acta não reflecte cabalmente o sucedido na Assembleia-Geral, pois é omissa em muitos aspectos importantes, pautando-se pela superficialidade e imprecisão. Lembra que esta situação não se verificou em actas anteriores. Frisou que o próprio cabeçalho da

acta não está correcto, referindo a presença de pessoas que na realidade não estiveram presentes. Manifestou discordância quanto à forma como é referido o requerimento alusivo à Parque Escolar, e reclamou o facto deste requerimento, não se encontrar anexo à acta, assim como o parecer jurídico de suporte à não-aceitação pela Mesa da Assembleia-Geral, do referido requerimento.

Pediu a palavra o arquitecto Tiago Monte Pegado para confirmar as imprecisões expressas na acta da AG de 9 de Junho de 2010, em especial a referência feita à constituição da mesa.

Pediu de novo a palavra o arquitecto Luís Afonso, para questionar se a acta será pelo menos nos aspectos referidos corrigidos.

Tomou a palavra o Presidente da Mesa, arquitecto José Paulo Mateus, para afirmar tratar-se sobretudo de um problema de semântica, lembrando que o lavrar da acta é uma tarefa de grande complexidade, onde todos os comentários e intervenções devem ficar registados e que o documento em discussão seria naturalmente corrigido, propondo de seguida a sua votação.

A mesa conduziu o processo de votação tendo a acta da Assembleia-Geral Extraordinária de 9 de Junho de 2010 sido aprovada com quinze votos a favor, dezasseis abstenções e seis votos contra.

Pediu a palavra o arquitecto César Costa para expressar uma declaração de voto afirmando que os anexos devem fazer parte da acta sob pena de a tornar inválida.

Seguidamente o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Ordem dos arquitectos, passou a apresentar o ponto dois da Ordem de Trabalhos tendo solicitado a colaboração do arquitecto Miguel Judas, tesoureiro do Conselho directivo Nacional, que na posse da palavra, começou por agradecer a presença de todos e justificar a tardia conclusão do documento, tendo-o apresentado e explicando sinteticamente com apoio de meios digitais. Frisou a importância deste instrumento de gestão, e a nova filosofia que lhe está implícita em que as actividades aparecem isoladas por campos de competência, que clarifica a interpretação e permite uma lógica de organização financeira e económica. Referiu com exemplos, que no modelo anterior tal não seria possível de realizar confundindo-se a contabilidade geral com a analítica.

Esclareceu que este orçamento nasce da fusão de três planos de actividades que estão na base do orçamento geral, que se torna assim numa matriz fixa para toda a Ordem. É um orçamento que estabelece como principal objectivo não dar prejuízo, é um orçamento de resultado zero, que ambiciona resultados positivos para diminuir o endividamento.

Neste momento surgiu um problema com o suporte informático da apresentação, que se procurou resolver de imediato, tendo a presidência da mesa sugerido que se aproveitasse a interrupção para assinar o livro de presenças.

Foram retomados os trabalhos, de novo com a apresentação do arquitecto Miguel Judas, que explicou que a mudança de gestão financeira da OA, assenta na criação de uma plataforma que tem como objectivo tornar a

gestão mais ágil, fácil e rápida. Lembrou de novo, que neste momento todo esforço se tem centrado na criação de ferramentas e menos na obtenção de resultados. Mas que se comparados globalmente com o ano anterior constata-se uma diminuição de despesa na casa dos 130mil euros e uma receita igualmente inferior. Classificou este orçamento como prudente, onde já se prevê uma diminuição receitas estruturais, cotas e taxas de inscrição, de cerca de 7,5% do valor estimável, por dificuldades de cobrança. Também se teve em consideração que actualmente é mais difícil obter apoios e outro tipo de receitas, devido à crise. Confirma que a diminuição de admissões é uma tendência já iniciada em anos anteriores, e que o valor das cotas e jóias garantem 64% do valor do orçamento, pois as receitas com aluguer de espaços são residuais. Passou então a explicar as diferentes parcelas correspondentes às despesas, sendo algumas estimáveis e outras com grande oscilação anual. Dos diferentes campos, realçou os custos de produção do Boletim e do JÁ, classificando-os como muito caros, mas que já se está a trabalhar com o objectivo de obter valores positivos. Acrescentou como exemplo, que as iniciativas programadas ficarão condicionadas à existência de patrocinadores.

Afirmou ainda que o volume orçamental é comparável com o ano de 2008, tendo no entanto a AO mais 4000 membros, o que aumenta significativamente as despesas com os serviços que lhe são regularmente prestados. Entende, que a OA não deve exercer pressão financeira sobre os seus membros, aumentando as cotas, sendo muito importante melhorar o funcionamento, mas também criar uma reserva de capital. O resultado positivo não deve ser entendido com um "tabu", mas o resultado zero deve ser uma rotina.

Conclui, dizendo que o trabalho realizado procurou escrutinar todas as despesas, e incrementar a subida das receitas, mas sobretudo ajustar o volume do orçamento à receita do ano anterior.

A mesa, na pessoa do arquitecto José Paulo Mateus, agradece os esclarecimentos prestados pelo tesoureiro do conselho Directivo Nacional abrindo de imediato o período de debate.

Pediu a palavra o arquitecto Avelino Oliveira, para afirmar que entende que a rubrica da admissão não deveria dar lucro. Pede esclarecimentos sobre a rubrica premiação e concursos, por entender que não deveria dar prejuízo e não sendo clara a sua leitura no documento. Também os custos relativos à nova sede são difíceis de entender, uma vez que já foi aprovada a sua implementação e os valores implícitos não se enquadram no orçamento geral.

Respondeu o arquitecto Miguel Judas, afirmando que a questão da admissão é sobretudo uma questão de política. Que neste momento se procura baixar as taxas de admissão e os diferentes custos inerentes ao seu processamento. Quanto à nova sede, entende que no anexo A está cabalmente explicitado, tendo os seus custos sido inscritos na rubrica *Instalações da Ordem*.

Complementou a sua intervenção o arquitecto Avelino Oliveira, questionado se o valor apresentado apenas diria respeito a encargos bancários.

Responde de imediato o arquitecto Miguel Judas, afirmando que para além dos encargos bancários, a verba apresentada inclui outros custos previstos.

Interveio o arquitecto José Paulo Mateus, Vice-presidente da mesa da Assembleia-Geral da Ordem dos Arquitectos que preside aos trabalhos, solicitando a intervenção da Sra. Arquitecta Teresa Novais Presidente da Secção Regional do Norte da OA.

Tomou então a arquitecta Teresa Novais a palavra para dizer que na ausência do arquitecto Rafael Pereira, Tesoureiro da OASRN, tentaria esclarecer a questão colocada, acrescentado que de facto não se trataram apenas dos juros, mas que estão incluídas outras actividades complementares que garantirão o arranque da obra. A título de exemplo, referiu o processo de candidatura a financiamento, lançamento de programas de promoção e apoio, revisão do projecto ou contratação de equipa que garanta a preparação do concurso de empreitada. Lembrou ainda, que todo este processo teve início no tempo do arquitecto Carlos Guimarães, e a sua programação prevê lançar o concurso de empreitada em Setembro, que se verifica uma forte possibilidade de garantir elegibilidade na candidatura ao financiamento em curso, mas que não dispõe no momento de elementos de pormenor.

Pediu a palavra o arquitecto Pedro Figueiredo, que solicita esclarecimentos relativamente ao anexo C, na rubrica *Recursos*, não entende com se justifica um aumento de 1082% e de 254% em dois dos parâmetros.

Respondeu o arquitecto Miguel Judas, que esses valores se explicam pelo facto de se ter contratado colaboradores no final de 2009. Estes auferiram nesse ano um mês de ordenado, prevendo-se que em 2010 venham a receber catorze ordenados. Aproveitou para explicar que os vencimentos de 2010 se apresentam com critérios mais exigentes, pois não incluem apenas o ordenado, mas as prestações sociais, subsídios ou despesas, o que não se verifica nos referentes ao ano anterior. Dando mais exemplos, aproveita para esclarecer que, por razões de privacidade não são mencionados os nomes dos funcionários.

Pede a palavra o arquitecto João Ferreira, para perguntar se está prevista alguma assembleia em que se decida o compromisso financeiro de suporte à construção da nova sede.

Responde a Sra. arquitecta Teresa Novais, para afirmar que serão seguidos os procedimentos previstos nos estatutos para a realização da despesa.

Interveio o arquitecto José Paulo Mateus de forma complementar, reforçando e explicando do ponto de vista estatutário a resposta anterior.

Pediu a palavra o arquitecto Luís Afonso, para se congratular pela forma detalhada como o orçamento está apresentado, embora na sua perspectiva este detalhe não abrange todos os parâmetros deu como exemplo a prestação de serviços pedindo esclarecimentos quanto às avenças. Reclama o facto dos documentos relativos ao Conselho Fiscal não se apresentarem devidamente assinados, e por tal estarem destituídos de validade. Conclui que já na reunião anterior, se verificou uma situação semelhante.

Pediu a palavra o arquitecto César Costa, que começou por saudar o modo como o orçamento está feito, mas questiona-se quanto ao facto de estar a ser discutido e sujeito à aprovação numa assembleia extraordinária.

Pediu a palavra a Sra. Arquitecta Edite Rosa, que também elogia o documento em apreço pela sua facilidade leitura e pela estrutura concisa. Afirma seguidamente, que se não deve estranhar o facto da admissão dar lucro, uma vez que se verifica um esforço nos procedimentos na angariação de novos membros, sendo natural que tenham mais custos. Mas que o orçamento deve sobretudo favorecer os membros efectivos. Acrescenta que lhe parece admissível que o apoio à prática dê prejuízo, assim como a promoção de concursos. Conclui que deve haver um maior investimento na promoção e organização de concursos pois, pois os próprio membros aceitarão os prejuízos que daí decorrerem.

Iniciou este período de respostas, o arquitecto Miguel Judas, para confirmar que apenas se verifica uma avença com um advogado no apolo às cobranças. As restantes colaborações estão enquadradas com prestações de serviços contratados e não como avenças. Quanto ao facto de os documentos do Conselho Fiscal não estarem assinados, prende-se com a urgência em os disponibilizar o mais cedo possível para a realização da assembleia. Já na assembleia-geral anterior foi explicado que apenas existem duas Assembleias-Gerais ordinárias por ano, uma em Abril outra em Dezembro, todas as que se realizarem para além destas serão extraordinárias e nestas é possível discutir e aprovar o orçamento da OA.

Quanto à admissão, é uma opção política. Todo o processo está determinado há já algum tempo com taxas que já existiam e não foram alteradas, mas só agora é possível perceber em pormenor todo o processo e os números envolvidos. Quanto aos concursos, se vistos em pormenor constatamos que dão prejuízo, ao contrário da premiação, pois envolvem elevadas despesas de organização e acessórias, é contudo visto como um investimento pois o objectivo é melhorar a qualidade da arquitectura.

Pediu a palavra a Sra. arquitecta Teresa Novais para reconhecer que de facto o quadro apresentado não é suficientemente claro quanto à afectação de custos a pelouros e funcionários.

Pediu a palavra o arquitecto Avelino Oliveira, que felicitando os autores pela organização do documento, afirmou que entende ser possível torná-lo mais claro em alguns pontos, em especial no que diz respeito à nova sede que envolve um investimento avultado.

Responde o arquitecto Miguel Judas, clarificando com exemplos, que os valores comuns são despesas afectas a vários parâmetros da estrutura do orçamento. Quanto à construção da nova sede, afirma que uma vez que a OA não dispõe do capital necessário, os valores apresentados corresponde ao investimento global anual. Conclui agradecendo as palavras elogiosas ao trabalho produzindo, durante dois anos, destacando a colaboração entre os tesoureiros das secções.

A mesa dá por terminado o debate sobre a matéria e abre o período de votação tendo o orçamento da Ordem dos Arquitectos para o ano de 2010, sido aprovado com 39 votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contra.

Na sequência da divulgação dos resultados da votação, pede a palavra o arquitecto João Belo Rodeia, para realçar o esforço e qualidade do trabalho produzido na elaboração do orçamento agora aprovado, agradece o

trabalho dos tesoureiros das secções e confessa a satisfação pessoal por este momento que classifica como muito importante para a OA.

O arquitecto José Paulo Mateus solicita ao presidente da Conselho directivo Nacional a apresentação do terceiro ponto da Ordem de Trabalhos. Tomou então de novo a palavra o arquitecto João Belo Rodeia que agradecendo a presença de todos, recorda o discurso da última Assembleia-Geral, e o porquê de adiar para esta a decisão sobre a questão em causa, com base numa proposta entretanto se elaboraria e que agora se apresenta à discussão. Frisou que a questão é controversa e não obstante estar prevista nos estatutos, não há indicação sobre o procedimento a tomar. A decisão entretanto tomada não é a de criar uma secção, mas a de encontrar a metodologia para a sua criação. Tendo passado à leitura dos considerandos genéricos que deram origem à discussão do tema. Dando exemplos de instituições que já estão regionalizadas não existindo contudo regionalização. Referiu-se à importância de perceber as implicações e custos da criação e implementação de mais secções regionais, quando existem cerca de quatrocentos membros na Madeira e um pouco menos nos Açores, acrescentando que é um processo que não se concluirá no mandato em curso, pois exige apoio jurídico, uma estrutura formal complexa de apoio aos procedimentos, com osultação das assembleias regionais. Deve por isso ser prolongado o tempo de discussão que pode também passar por um referendo regional caso se justifique. Deve ser averiguada a sustentabilidade das novas secções e o impacto que terão no orçamento geral da OA. Deveriam todos os elementos reflectir e produzir matéria que permita posteriormente tomar uma decisão. O arquitecto José Paulo Mateus, solicita à assembleia que se pronuncie.

Pede a palavra a Sra. Arquitecta Margarida Vagos Gomes, para questionar se o referendo deixará de fora a Secção Regional do Norte.

Pede a palavra o arquitecto Jorge da Costa para formular a mesma questão da intervenção anterior, acrescentado que toda questão deve voltar a ser colocada mas que a figura de referendo regional deve ser retirada.

Toma a palavra o arquitecto João Belo Rodela, para responder que a proposta surgiu da necessidade de criar uma plataforma de compromisso entre as diferentes opiniões sobre a matéria. Na última Assembleia-Geral, alguns membros dos Açores e Madeira pronunciaram-se pela necessidade de criação destas secções regionais. O documento foi redigido e as dúvidas surgiram de imediato. Consultado o jurista, este aconselhou que o assunto devesse estudado com maior profundidade, caso não seja possível não se fará, mas não vê necessidade de excluir esta parte.

Pediu a palavra o arquitecto Tiago Monte Pegado para acrescentar que a proposta permite ganhar tempo e permitir tomar a melhor opção dando o exemplos como a metodologia que se pretende seguir permitirá reflectir melhor sobre a questão.

Não havendo mais inscrições para intervir a mesa deu por encerrado o período de discussão pondo a matéria a votação tendo a Metodologia para eventual criação de novas secções regionais na Madeira e nos Açores sido aprovada com 36 votos a favor, 3 abstenções e nenhum voto contra.

O arquitecto José Paulo Mateus tomou de novo a palavra apresentando sucintamente o ponto quatro da ordem de trabalhos solicitando a intervenção do arquitecto João Belo Rodeia, que começou por referir que também esta é uma discussão iniciada na última assembleia, e nessa altura se comprometera a apresentar uma proposta de deliberação sobre a matéria. Lembrou que quando se candidatou o fez com o intuito de unir todos os arquitectos sobre as questões centrais, que aqueles eram tempos difíceis, dando como exemplo o processo de 73/73. Acrescentou que procurou chamar atenção à tutela e à própria Parque Escolar para o que se estava a passar e o que não se deveria passar. Sugeriu nesses procedimentos, que se deveriam implementar concursos de preferência de concepção e que deveria ser criada uma bolsa de candidaturas on-line, para ser apreciada para efeitos de contratação.

Referiu ainda, que em 2009 cerca de 60% dos projectos não foram efectuados por arquitectos, mas que contudo durante esse período se abriu significativamente os actos próprios da profissão. Toda a actuação e esforço do CDN estavam centrados em várias frentes, mas fortemente condicionadas pelo ciclo da legislatura anterior, mas que apesar de tudo o trabalho que foi feito e correu bem. Tal esforço não diminuiu em nada a margem de manobra negocial da OA, mas neste caso em concreto, não permitiu resultados tão satisfatórios. Deu como exemplo o European / Parque Escolar, que refere ter corrido bem, com elevada participação e com satisfação das partes envolvidas no processo, levando mesmo a Parque Escolar a afirmar que as próximas fases seriam todas concursos públicos. Entende que para tal posição muito contribui a opinião pública, o esforço da OA, e a fragilidade do governo, entre outros factores. Informa que neste momento foi criado um grupo de trabalho com OA, Juristas e Parque Escolar, que procura encontrar um modelo de concurso público de concepção, exceptuando os que implicam direitos de autor. A proposta pretende reforçar o número de concursos de concepção, mas apesar da posição de compromisso, é difícil a OA confiar na outra parte, pois esta tem falhado várias vezes, mas é contudo a parte com quem a OA pode negociar, e que para tal tem sabido agir com política e arte. Temos contudo pressionado a Parque Escolar para sair do impasse em que se encontra, numa posição longe de ser a ideal e em falha com a AO, que continua a procurar que a situação se torne exemplar. Por fim disponibiliza-se para qualquer informação complementar.

Toma a palavra o arquitecto José Paulo Mateus, que comentando o documento salienta a importância do apoio desta Assembleia-Geral para o sucesso do esforço do CDN, abrindo a inscrições para o período de debate.

Pede a palavra o arquitecto Luís Afonso, para alertar que a informação enviada pela Parque Escolar à Assembleia da República, tem imprecisões quanto aos "timings" ao teor das discussões e aos pareceres jurídicos, que passa discriminar.

Interrompe a intervenção o arquitecto José Paulo Mateus, para lembrar o que está de facto em causa neste ponto da ordem de trabalhos, por entender que a intervenção em curso, desvia a discussão para temas que não estão previstos nem inscritos para serem discutidos nesta sessão.

Retoma a palavra o arquitecto Luís Afonso para referir que a exposição programada nunca se chegou a realizar, passando seguidamente a fazer um breve historial da origem da Petição Pública entregue no parlamento sobre este processo. Referiu ainda, que na qualidade de subscritor da petição procurou angariar apoio dos membros da OA, tendo para o efeito desenvolvido diferentes iniciativas, mas que a OA nunca publicitou a existência da petição nos seus diferentes meios de comunicação com os membros. Manifestou a sua estupefacção ironizando, por no sítio da OA ter constado publicidade ao Clube de Golfe dos Arquitectos e ter contudo ignorado a Petição Pública. Acrescentou que foi solicitada audiência a vários organismos e bancadas parlamentares e que por todos forma recebidos. No entanto, a petição acabaria por não ser entregue por não ter conseguido obter os apoios mínimos necessários. Lembra sucintamente, as três principais questões que suportavam a estrutura da petição sendo a mais polémica, a que exigia a extinção do conselho de administração da Parque Escolar. Manifestou ainda estranheza, por a OA continuar a procurar negociar com este conselho de administração que não se inibe de cometer ilegalidades que prejudicam a actividade da nossa classe. Enquanto concluía a sua intervenção o arquitecto dirigiu-se à mesa para apresentar diversos documentos de suporte à sua intervenção.

Intervêm o arquitecto João Belo Rodeia para protestar com veemência o modo como estava a decorrer a assembleia.

Toma a palavra o arquitecto José Paulo Mateus para ordem no curso dos trabalhos e recuperar a normalidade da sessão.

Nesta sequência de intervenções retoma a palavra o arquitecto Luís Afonso que inicia a explicação do conteúdo dos documentos que pretende anexar.

Interrompe de novo o arquitecto José Paulo Mateus para afirmar, que esta Assembleia-Geral extraordinária se pronunciará exclusivamente sobre os pontos inscritos na ordem de trabalhos.

Pede a palavra o Arquitecto Casimiro Martins, que começa por esclarecer a sua qualidade de membro suspenso e por tal não estar a participar nas votações, mas que entende poder intervir pela leitura que faz dos estatutos. Seguidamente, questiona se o actual código de contratação, estava já em vigor a quando das polémicas adjudicações da Parque Escolar, pois se esta entidade não cumpriu a lei aqueles actos podem ser considerados nulos. Caso não sejam anuláveis, sugere que a OA accione uma providência cautelar com o objectivo escrutinar todo o conjunto de procedimentos. Reclama que perante as ilegalidades perpetradas pela Parque Escolar, não é necessário nem política nem arte. Conclui a sua intervenção propondo que OA desencadeie acções jurídicas contra os referidos actos ilegais.

Pede a palavra o arquitecto Avelino Oliveira para afirmar que a proposta do CDN é inatacável e ponderada, revelando intenção de criar uma estratégia coerente para o futuro. Contudo, entende que há coisas que se não podem ignorar e que esta questão ficou por resolver, sendo uma mancha negra que marcará este mandato do CDN. Lembra que foram adjudicados 40 milhões de euros a 104 gabinetes de colegas e que destes, 20 milhões

de euros se destinaram a apenas a 25 gabinetes. Afirmou também que só ao Sr. Presidente da Assembleia Regional do Norte, foram adjudicadas 11 escolas por um valor superior a 2 milhões e meio de euros. Frisou ser fundamental falar com clareza sobre este ajuste directo da Parque Escolar. Provavelmente não seria possível com concurso público implementar todos os projectos em tempo útil, mas é necessário salvaguardar a classe da opinião pública. O que está em causa não é o sucesso comercial dos arquitectos, mas os desideratos implementados que denigram os arquitectos. Considera pois, que a proposta é insuficiente para resolver um problema que divide as gerações de arquitectos e que esta proposta não faz tudo para sarar estas feridas.

Toma a palavra o arquitecto José Paulo Mateus para explicar o funcionamento da Assembleia-Geral, afirmando ser necessário dar espaço a estas intervenções, acrescentando que na sua perspectiva, o documento dá resposta aos problemas discutidos.

Pede a palavra o arquitecto João Ferreira para afirmar que não entende o desconforto com presidente do CDN dá estas a explicações. Percebe o esforço de unir, mas a entende a unidade não existe enquanto a OA não souber explicar com clareza o modelo de concurso público que defende. Complementa dizendo que todos sabem que os políticos não gostam de concursos públicos, que nada o move contra o documento, mas que a proposta que este encerra é insuficiente, que depois de tudo que se passou, a argumentação utilizada é um insulto aos arquitectos.

Pede a palavra o arquitecto Tiago Monte Pegado, para esclarecer que a exposição referida sobre os projectos da Parque Escolar, não se realizou por não se verificarem as condições que garantia a participação da OA, como por exemplo, a existência de concurso e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Relativamente à Petição Pública, refere que assinou com dúvidas por entender que a OA não deve exigir a demissão de conselho de administração da Parque Escolar. Acrescenta que a disponibilização atempada da informação jurídica é importante para que a discussão possa surgir com qualidade. A temática dos concursos é complexa e tem muitas questões e ramificações discutíveis. Afirmou ainda que a questão da Parque Escolar é sobretudo uma questão legal, mas que até à data ninguém conseguiu provar que o regime de excepção é ilegal, e que o modelo de concurso público de concepção explicado aos juristas da Parque Escolar era o que apresentava menos riscos em relação ao concurso geral.

Pede a palavra a Sra. Arquitecta Edite Rosa, para dizer que não obstante os procedimentos em discussão serem por todos reconhecidos como pouco correctos, na verdade parecem ter sido realizados de forma legal. Acrescenta que a defesa do concurso de concepção deveria desenvolver melhor os argumentos e ser explicada com mais clareza, de forma que se perceberá a necessidade de manter o regime de excepção, mas não permitir que a Parque Escolar, transforme em termos gerais, a excepção em regra.

Pedi a palavra o arquitecto Manuel Correia Fernandes, para dizer que partilha da incomodidade que estas questões têm revelado. Entende que este processo deveria ser encarado por uma outra dimensão, pois é um investimento público gigantesco que envolve centenas de escolas e não envolve apenas os arquitectos, mas deveria envolver também urbanistas, profissionais de educação da construção entre outros. A dimensão urbanista é a sue ver incontornável, pois intervir num conjunto de obras em espaços que há cem anos criaram e estruturaram lugares, estando geralmente melhor localizadas do que as que agora surgem desconsiderando a cidade, e que respondem a opções meramente políticas e económicas. Por estas razões, a OA deveria ser

parceira neste programa estruturante para o futuro da nossa sociedade, e é com perplexidade que vê este programa que classifica de excepcional, ser desenvolvido sem ter por base uma opção estudada.

Fez especial ênfase na preocupação que a resolução de 14 de Julho do Conselho de Ministros entre o governo e a Associação de Municípios, que implica o encerramento de 3000 escolas, para implementar 600 "mega escolas" de 3000 alunos cada, por entender que as escolas são um elemento base da sociedade, pois não diz respeito apenas aos professores e alunos. O seu funcionamento interfere com o funcionamento das cidades e deu exemplos. Classificou este programa "piores que uma bomba atómica", afirmando que a OA tem de fazer parte deste processo. Termina manifestando concordância com o documento mas também entende que é insuficiente.

Responde o arquitecto João Belo Rodeia, que as intervenções se justificam pelo desânimo legítimo dos intervenientes, mas que neste momento está também em curso o programa de modernização do parque judicial e hospitalar que envolvem valores ainda mais avultados, mas de que não se tem falado. Refere que estes programas são úteis para o país, mas que o problema e o modo como forma implementados. Lembra que não é um problema novo, e que já quando era jovem arquitecto estas temáticas preenchiam parte dos debates entre a classe sendo um problema com mais de 25 anos. A questão da encomenda é recorrente. Nos anos 90 foi mais diversificada e democrática a encomenda pública, mas continua a constatar que ainda existem muitas áreas que estão fechadas aos arquitectos. Afirma que devia haver uma Política Pública de Arquitectura, pois o estado, apesar de reconhecer a importância do código de contratos públicos, mas recorre a regimes de excepção, que apesar de tudo são legais. Será necessário encontrar novas respostas, mas da nossa parte estamos de consciência tranquila, pois a OA sempre procurou promover o concurso público de concepção, não por isso representar mais trabalho para os arquitectos, mas para que haja melhor arquitectura. Acrescentou que pessoalmente, a qualidade de arquitectura não está assegurada nem pelo concurso ou nem por ajuste directo, mas que a OA contudo, acredita que o concurso é o melhor caminho para a arquitectura mais qualificada. Esclareceu ainda que quando se referiu ao período em que os arquitectos se comprometeram com a Parque Escolar, não significa que nessa data tenham sido contratados, pois na generalidade aconteceu posteriormente. Insistiu que a OA procurou que a Parque Escolar abrisse concursos a todos os arquitectos. Acrescentou que reconhece o esforço do arquitecto Luís Afonso, mas que a OA são todos os arquitectos mesmo os contratados pela Parque Escolar. Manifestou ainda concordância à intervenção do arquitecto Casimiro Martins afirmando que subscreve o que aquele disse, pois o estado por via dos contratos públicos já diz que o modelo é do concurso público de concepção, mas continua a implementar o ajuste directo, e que o que hoje aqui foi dito já foi transmitido a quem de direito em tempo oportuno.

Quanto ao estatuto, afirmou existirem mais de que uma opinião jurídica sobre o assunto e que foi necessário criar uma nova lei na Assembleia da República para revogar o 73/73. Acrescentou ainda, que nem a OA nem o seu presidente algumas vezes se referiram durante este processo a nomes, pois não promovem processos inquisitórios, e caso se verifique razão de queixa pela actuação de algum colega, devem seguir-se os procedimentos próprios nos locais apropriados, e não fazer figuras menos próprias em locais públicos. Frisou que não está a proteger ninguém, mas que há muitas pessoas envolvidas neste processos e que nem todos são colegas, e que quem tem que ser atacado é a Parque Escolar e não os arquitectos. Insistiu que é isso que tem

procurado fazer ao longo do tempo e em crescendo nomeadamente junto do parlamento e até aceita que o que tem feito seja insuficiente, mas que também há que entenda que tem sido uma actuação radical, sendo por isso difícil encontrar o ponto de equilíbrio da actuação. Entende que a OA não tem que dizer ao estado que conselhos de administração deve nomear, e acha que há comportamentos que a AO não pode ter. Concluiu que assume pessoalmente todas as consequências de tudo o que tem sido feito, que reconhece razão à intervenção do arquitecto Manuel Correia Fernandes, e que se procurará acompanhar esta questão que representa uma significativa consequência no território, mas que tudo isto poderia ter uma outra resposta com implementação de uma Política da Arquitectura que era um dos seus grandes objectivos para o mandato, que se encontra em fase de conclusão e solicitou a ajuda de todos, com sugestões, opiniões, para que este termine da melhor maneira.

Uma vez que não se verificaram mais pedidos de intervenção, a Mesa da Assembleia-Geral, desencadeou os procedimentos de votação, relativos ao à proposta de Deliberação Sobre a Encomenda Pública de Arquitectura da Parque Escolar, tendo sido aprovada com 27 votos a favor, 8 votos contra e 4 abstenções.

Toma a palavra o arquitecto José Paulo Mateus para apresentar o quinto e último ponto da ordem de trabalhos tendo solicitado à Sra. Arquitecta Teresa Novais a prestação das informações necessárias à realização da discussão e votação.

Tomou a Sra. Arquitecta Teresa Novais a palavra, tendo começado por esclarecer que a proposta de participação da OASRN em representação da Ordem dos Arquitectos, no congresso da Vinha e do Vinho, nomeadamente através da participação numa associação constituída com o objectivo específico de participar no dito Congresso, já fora aprovada pelo CDN pelo que foram já praticados actos, pela Ordem dos Arquitectos, com o objectivo de integrar esta Associação, importando assim proceder à sua ratificação, nomeadamente quanto à constituição e formalização da "UM PORTO PARA O MUNDO – Associação para o Congresso OIV 2011". O presente ponto da ordem de trabalhos visa assim deliberar a participação da Ordem dos Arquitectos na "UM PORTO PARA O MUNDO – Associação para o Congresso OIV 2011" como membro fundador, na qual será representada pela Exma. Arquitecta Teresa Novais, Presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos, ou em quem esta delegar tais funções, ratificando-se todos os actos já praticados até à presente data com esse fim. Informação detalhada foi também distribuída aos membros da Ordem dos Arquitectos no início da presente assembleia. Explica sucintamente que, na origem da formação da mencionada associação, foi apresentada uma candidatura para realização deste congresso internacional na cidade do Porto em 2011, que este decorrerá na Alfandega e em outros espaços, tendo a OA sido convidada pelo Instituto da Vinha e do Vinho a integrar sem custos e como membro fundador a associação criada para a organização do congresso, constituída por diferentes instituições.

Entende a OA ser esta uma oportunidade de divulgação e promoção da arquitectura junto de um público heterogéneo. As iniciativas de divulgação da arquitectura que a OA será responsável, terão um orçamento próprio, e neste momento foi já realizado um filme promocional do Congresso OIV 2011, que contou já com o aconselhamento da OA. Acrescentou que a OASRN, tem procurado diversificar os parceiros nos processo de divulgação da arquitectura e arquitectos pois só assim poderá ganhar respeito e reconhecimento da sociedade. Este esforço, está no seu entender a dar frutos, e actualmente são já as instituições que procuram a OA, e o que se está propor neste momento é que a assembleia aprove a integração da OA nesta associação "Um Porto para o Mundo", mas a participação ocorrerá já no próximo mandato, podendo os novos corpos dirigentes a qualquer momento inverter esta decisão, complementá-la ou corrigi-la. Conclui dizendo que a associação se extingue com a conclusão do congresso.

Tomou a palavra o arquitecto José Paulo Mateus para complementar a informação afirmando que a própria natureza estatutária das associações permite que qualquer dos seus membros a possa abandonar em qualquer altura, para de seguida abrir as inscrições para as intervenções.

Seguiu-se o visionamento do referido filme promocional do congresso OIV 2011.

Pediu a palavra o arquitecto Pedro Figueiredo para questionar sobre o facto do congresso decorrer durante a semana e se os membros da OA pagarão pela sua participação.

Respondeu a Sra. Arquitecta Teresa Novais, afirmando que este congresso não se destina a arquitectos, mas aos produtores vinícolas. Contudo todos os membros serão bem vindos, mas que este tipo de eventos tem um público próprio de uma área especializada, que podem até não estar interessados na arquitectura, mas que entende não devermos perder esta oportunidade única de divulgação da arquitectura portuguesa, a um público de não arquitectos.

Uma vez que não se verificaram mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, desencadeou os procedimentos de votação, relativos à rectificação da participação da OASRN como membro fundador da Associação, " UM PORTO PARA O MUNDO" – Associação para o congresso do OIV 2011, tendo sido aprovado com 38 votos a favor, sem abstenções e 1 voto contra.

José Paulo Mateus, Vice-Presidente da mesa da Assembleia-Geral da Ordem dos arquitectos deu por concluída esta sessão extraordinária, que decorreu com a participação de 39 membros, da qual se lavrou esta acta, que depois de lida e aprovada pelos presentes, vai assinada por mim que a secretariei e pelo arquitecto José Paulo Mateus que presidiu aos trabalhos.

Presidiu:

Secretariou: